



Carta de Descartes à Rainha Cristina da Suécia

20 de novembro de 1647¹

Senhora,

Eu soube pelo Senhor Chanut que agrada a Vossa Majestade que eu tenha a honra de lhe expor minha opinião a respeito do Soberano Bem, considerado no sentido de que os antigos filósofos têm falado; e tomo este comando como um tão grande favor que o desejo que tenho de obedecê-lo me desvia de todo outro pensamento e faz que, sem desculpar minha incapacidade, eu apresente aqui, em poucas palavras, tudo o que posso saber sobre este assunto.

Pode-se considerar a bondade de cada coisa nela mesma, sem a relacionar a outrem, em cujo sentido é evidente que é Deus que é o Soberano Bem, porque ele é incomparavelmente mais perfeito do que as criaturas; mas podemos também relacioná-la a nós, e, nesse sentido, não vejo nada que devamos estimar como bem senão o que nos pertence de alguma maneira e que é tal que tê-lo seja uma perfeição para nós. Assim, os filósofos antigos que, não estando esclarecidos pela luz da fé, não sabiam nada sobre a beatitude sobrenatural, só consideravam os bens que podemos possuir nesta vida, e era entre estes que eles buscavam qual era o soberano, isto é, o principal e o maior.

Mas, para que eu o possa determinar, considero que devemos estimar como bens, em relação a nós, somente aqueles que possuímos, ou então aqueles que temos o poder de adquirir. E, isto posto, parece-me que o Soberano Bem de todos os homens juntos é um amontoado ou um conjunto de todos os bens, tanto da alma quanto do corpo e da fortuna, que podem existir em alguns homens; mas aquele de cada um em particular é outra coisa, e consiste apenas em uma firme vontade de bem fazer e no contentamento que esta produz. A razão disso é que eu não noto nenhum outro bem que me pareça tão grande nem que esteja tão inteiramente no poder de cada um. Pois, quanto aos bens do corpo e da fortuna, eles não dependem absolutamente de nós, e os da alma se reportam todos a dois elementos principais, que são, um, o de conhecer e, o outro, o de querer o que é bom; mas o conhecimento está, frequentemente, para além de nossas forças, e é por isso que resta apenas nossa vontade, da qual podemos dispor absolutamente. E não vejo que seja possível dispor melhor dela do que no caso de se ter sempre uma firme e constante resolução de fazer exatamente todas as coisas que consideramos serem as melhores e de empregar todas as forças do espírito para bem conhecê-las. É apenas nisso que consistem todas as virtudes; é isto apenas que, propriamente falando, merece louvor e glória; enfim, é unicamente disso que resulta, sempre, o maior e o mais

1 AT. V, p. 81 a 86/O.L., p. 1281 a 1284.

sólido contentamento da vida. Por consequência, estimo que é nisso que consiste o Soberano Bem.

E, por este meio, eu penso estar de acordo com as duas mais contrárias e mais célebres opiniões dos antigos, a saber, a de Zenão, que o colocou na virtude ou na honra, e aquela de Epicuro, que o colocou no contentamento, ao qual deu o nome de volúpia. Pois, da mesma forma que todos os vícios vêm apenas da incerteza e da fraqueza que decorre da ignorância e que dá origem aos arrependimentos, assim, a virtude consiste apenas na resolução e no vigor com o qual nos portamos ao fazer as coisas que acreditamos serem boas, desde que esse vigor não venha da obstinação, mas do fato de que sabemos tê-las examinado tanto quanto temos moralmente poder a respeito. E, por mais que o que então fazemos possa ser mau, estamos, no entanto, assegurados de que fizemos nosso dever, ao passo que, quando executamos alguma ação de virtude e, contudo, pensamos proceder mal, ou então quando negligenciamos saber o que nela há, não agimos como um homem virtuoso. No que diz respeito à honra e ao louvor, eles são frequentemente atribuídos aos outros bens da fortuna; mas, porque estou seguro de que Vossa Majestade valoriza mais sua virtude do que sua coroa, não temerei dizer aqui que não me parece que haja algo senão esta virtude que se tenha justa razão de louvar. Todos os outros bens merecem somente ser estimados, e não honrados ou louvados, exceto no caso em que pressupomos que eles sejam adquiridos ou obtidos de Deus pelo bom uso do livre-arbítrio. Pois a honra e o louvor são uma espécie de recompensa, e não há nada senão o que depende da vontade que nos dá ocasião de recompensar ou punir.

Resta-me aqui ainda provar que é deste bom uso do livre-arbítrio que vem o maior e mais sólido contentamento da vida, o que me parece não ser difícil, porque, considerando cuidadosamente em que consiste a volúpia ou o prazer e, em geral, todos os tipos de contentamentos que se pode ter, faço notar, em primeiro lugar, que não há nenhum que não esteja inteiramente na alma, embora muitos dependam do corpo, da mesma forma que é também a alma que vê, ainda que seja através dos olhos. Em seguida, observo que não há nada que possa dar contentamento à alma senão a opinião que ela tem de possuir algum bem, e que, frequentemente, esta opinião é nela apenas uma representação muito confusa, e também que sua união com o corpo é a causa pela qual ela se representa ordinariamente certos bens como incomparavelmente maiores do que eles são; porém, se ela conhecesse distintamente seu justo valor, seu contentamento seria sempre proporcional à grandeza do bem do qual procederia. Eu também noto que a grandeza de um bem, para nós, não deve ser medida apenas pelo valor da coisa em que ele consiste, mas também, principalmente, pelo modo pelo qual ele se relaciona conosco; e, além de o livre-arbítrio ser em si a coisa mais nobre que possa estar em nós, de modo que ele nos torne de alguma maneira semelhantes a Deus e de modo que pareça nos isentar de lhe sermos sujeitos, e que, portanto, seu bom uso é o maior de todos os nossos bens, ele é também aquele que é o mais propriamente nosso e mais nos importa, disso resultando que é somente dele que nossos maiores contentamentos podem proceder. Além disso, vemos, por exemplo, que o repouso do espírito e a satisfação interior, que neles mesmos sentem aqueles que sabem que nunca deixam de fazer o seu melhor tanto para conhecer o bem quanto para o adquirir, são sem comparação um prazer mais doce, mais durável e mais sólido do que todos aqueles que vêm de alhures.

Eu omito aqui ainda muitas outras coisas, porque, me representando o número de atividades que se apresentam na condução de um grande reino e das quais Vossa Majestade assume a responsabilidade, não ousou lhe pedir uma audiência ainda maior. De todo modo, eu enviarei ao Sr. Chanut alguns escritos, nos quais eu coloco mais longamente meus sentimentos a respeito desse mesmo assunto, a fim de que, se agradar a Vossa Majestade vê-los, isso me obrigará a que eu lhos apresente e ajuda também a testemunhar com quanto zelo e devoção eu sou,

TÍTULO DO LIVRO

Madame,
De Vossa Majestade,
O servo mais humilde e obediente,
Descartes.
Egmond, este 20 de novembro 1647.

Tradução: César Augusto Battisti² (UNIOESTE) e Edgard Vinícius Cacho Zanette³
(UERR)

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

-
- 2 Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: cesar.battisti@hotmail.com.
- 3 Doutor em Filosofia pela Universidade de Campinas. Professor da Universidade Estadual de Roraima. Pesquisador de Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: edgardzanette1@gmail.com.